

5 NOV 1980

# Governo analisa temas econômicos para o esforço

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, terá mais uma tarefa espinhosa a resolver nos próximos dias: negociar com o Congresso Nacional a aprovação das medidas provisórias da área econômica que a Presidência da República tem interesse em aprovar antes do recesso parlamentar de 15 de dezembro. A seleção das medidas que o governo considera mais relevantes para a manutenção do plano de estabilização já começou a ser feita pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

Para negociar a aprovação das medidas provisórias selecionadas pelo Ministério da Economia, o ministro da Justiça receberá um estudo completo sobre cada uma delas, com os seus reflexos sobre a política econômica. Segundo técnicos do governo, um dos atos pelos quais a equipe econômica tem especial interesse é o que trata da política salarial. O projeto de conversão à Medida Provisória 256, de autoria do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), reindexa os salários à inflação e é considerado um desastre para o plano de estabilização.

## Pressa

O projeto que esteve para ser votado na última quarta-feira deverá ir novamente a plenário no esforço concentrado previsto para o dia quatro de dezembro. Por isso, a equipe econômica, tem pressa em enviar todas as informações ao ministro da Justiça. Os assessores da

ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reconhecem que a missão de Jarbas Passarinho será difícil, especialmente depois que ele se confessou um "general sem tropas", após a última derrota do governo com a concessão de benefícios da Previdência Social aos aposentados.

A equipe da ministra Zélia não esconde a sua preocupação com a falta de articulação do Executivo com o Congresso, mas se isenta de culpa nesse processo. "Nós sempre subsidiávamos os parlamentares com informação sobre os assuntos econômicos. O problema é político", observa um assessor da ministra. O temor com as votações das medidas provisórias ficou maior depois da última quarta-feira. Por um descuido das lideranças governistas, os aposentados passaram a ter direito ao pagamento de 13º salário ainda neste ano e à correção das pensões e aposentadorias pelo salário mínimo.

Para os assessores da área econômica, o plano de estabilização enfrenta uma das suas fases mais críticas. A crise do petróleo, deflagrada com o conflito no Golfo Pérsico, tornou a situação ainda mais difícil, porque as elevações do preço do petróleo acabam tendo efeito em cadeia em quase todos os preços. Se o governo começar a ter derrotas no Congresso em outras áreas, como a política salarial, a contenção da inflação passa a ficar cada vez mais distante. (A.E.)